

## **“EU NÃO FALEI E É COMO SE TIVESSE FALADO”: TRAIÇÃO E CULPA NA LITERATURA SOBRE OS ANOS DE CHUMBO**

LUA GILL DA CRUZ<sup>1</sup>; JOÃO MANUEL DOS SANTOS CUNHA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPEL – luagillc@gmail.com

<sup>2</sup>UFPEL – jmsantoscunha@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Este resumo relata os resultados finais da investigação denominada “A literatura de Beatriz Bracher: para falar de *Não falei*”, no âmbito do projeto de pesquisa CNPq-UFPEL “Ficção brasileira do século XXI – intertextualidade e interdiscursividade”, coordenado pelo professor João Manuel dos Santos Cunha, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Ficção brasileira no século XXI”, do qual a bolsista PIBIC-CNPq 2013-2014 participa.

A investigação tem por objetivo analisar o romance *Não falei*, visto no conjunto da obra da autora, em perspectiva intertextual e contextualizada histórica, cultural e politicamente. A narrativa decorre de 1964 até 2004 (presente textual), e, portanto, relaciona-se a período importante da história brasileira: a ditadura civil-militar, que marcou, decisivamente, a formação da sociedade atual. É a partir da recuperação da memória dos tempos de exceção vividos no país que se entenderá a experiência de Gustavo, narrador personagem, e de sua família, mas, mais do que isso, compreender-se-á a história da totalidade de brasileiros, que tiveram suas vidas profundamente modificadas. Nesse contexto ficcional, recorta-se, para fins deste resumo, a análise de como o processo de rememoração vivenciado pelo narrador relaciona-se com o sentimento de traição e de culpa que demonstra ao narrar a sua vivência como educador e cidadão durante os anos de chumbo.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia que instrumentaliza a pesquisa é própria dos estudos em literatura comparada que lidam com a análise contrastiva de textualidades vistas em contextualização história e cultural, alicerçada pelas teorias da intertextualidade (GENETTE, 1982; SAMOYAL, 2008), bem como constructos teóricos de outras áreas do conhecimento, como história, educação e política, textos fundamentais para que se compreenda o contexto em que os fatos narrados no presente da narrativa aconteceram.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com Beatriz Sarlo, ao final das ditaduras no sul da América Latina, “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado” (2007, p.45). Mesmo que possa ser visto como anacrônico e até dispensável para alguns, o fato de que, quarenta anos depois do golpe militar, ainda se escreva sobre esse tempo, no âmbito da produção da literatura brasileira, é preciso pensar que é para *lembrar* que Beatriz Bracher escreve *Não falei*. A trama conta a história de Gustavo, professor universitário que acaba de passar por processo de grandes mudanças: aposentou-se e está por se trasladar de São Paulo para São Carlos. Além disso,

recebe visita de seu irmão antes de venderem a casa, na qual viveram toda a infância, e conhece Cecília, jornalista que pretende entrevistá-lo sobre um período definidor da sua história de vida – a sua prisão no ano de 1970 –, e sobre suas lembranças desse tempo, seja a respeito da ditadura de forma geral, mas também sobre as suas atividades como professor e ativista. A partir desses aspectos desencadeadores do processo de rememoração, Gustavo apresentará a sua história com uma narração fragmentada que tende para o fluxo de consciência e aos *flashes* de memória e a qual caberá ao leitor montar, como um “quebra-cabeça” de imagens não muito definidas. O leitor poderá, então, organizar o discurso fragmentado e suspeito do narrador, para tentar reconstruir passado e presente da narração, fulcrados na vida de Gustavo e da sua família, os quais refletiriam a condição da sociedade brasileira como um todo. No entrelaçamento de vozes, discursos, dúvidas e certezas que não se sustentam com a apreensão de imagens esfumaçadas pelo tempo, perpassa o discurso ambíguo da própria linguagem articulada em texto, incapaz de garantir a fidelidade e a verdade das circunstâncias e dos episódios rememorados, é certo, mas que se constitui, talvez, como única possibilidade de localizar o sujeito na senda do entendimento.

O narrador questiona, então, constantemente, a veracidade e a intermitência de sua memória, como se o retorno ao passado, além de árduo, fosse não só inseguro como inacessível. Ao mesmo tempo em que duvida do que narra, tenta convencer o leitor da “verdade” no seu relato e, assim, convencer a si mesmo de fatos que talvez não queira recuperar. Nesse sentido, Beatriz Sarlo discute o ato de rememorar como problemático, pois, pondera ela, “não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência, tampouco ele é convocado por um simples ato de vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p.9).

Essa “captura do presente”, forma não garantida de convocar o passado, acaba se dando a partir do processo desencadeador da rememoração, que “ocorre no plano individual e, através de critérios diversos, seleciona, organiza e sistematiza lembrança daquilo que constitui a experiência” (UMBACH, 2010, p. 107). Da mesma forma, segundo Jeanne Marie Gagnebin,

Rememoração implica uma certa ascense da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (2006, p. 55).

Por outro lado, se o tema da rememoração é um dos eixos centrais em *Não falei*, é preciso entender que, conforme Cruz, “há um pensamento obsessivo que percorre toda a rememoração: a acusação velada de ter sido ele a denunciar, sob pressão, o paradeiro do cunhado” (2010, p. 65). Armando, o cunhado, era militante de esquerda, participava de grupos de luta armada contra a ditadura e, muitas vezes, trazia pessoas, armas ou objetos para que Gustavo e sua mulher, Eliana, guardassem. Passava longos períodos afastado, mas era muito próximo de Gustavo e mantinha uma relação de estreita amizade com a sua família,

mesmo antes se tornar seu cunhado. O narrador-personagem foi preso e torturado em virtude, justamente, de sua relação com Armando. Eliana, logo após a prisão do marido, teve que fugir para Paris, onde morre, longe da filha. Nesse sentido, além do sentimento de culpa por conta do alegado fato de ter traído Armando, Gustavo carrega consigo o peso da morte da mulher e da sogra, que também se suicida.

Essa *obsessão* – culpa, peso da traição – inscreve-se já no paratexto do título do romance: “*Não falei*”, isto é, a necessidade de afirmação de que “não falou”, não delatou, ao contrário dos comentários que lhe imputavam a culpa pela prisão e morte de Armando. O trauma se constituirá, então, desde dois fatos diferentes, ainda que complementares: um diz respeito à prisão e à tortura como atos de extrema violência, repressão e opressão, marcando Gustavo não só fisicamente como psicologicamente; outro, às consequências mais diretas dos atos de iniquidade, como a surdez de um ouvido, ou a difícil relação com a filha, Lígia, depois que é liberado da prisão. Gustavo terá que lidar, a partir daí, com a problemática rememoração do período, incontornavelmente ligada ao peso da imputada delação e com o inefável sentimento de culpa, causas do trauma que atravessa os seus dias desde então. É esse, portanto, o problema que perpassará toda a narrativa, ainda que de forma fragmentada e não-linear. O trauma é definido por Freud (1976) como

uma ferida na memória, uma excitação vinda de fora suficientemente poderosa capaz de atravessar o escudo protetor do aparelho psíquico. Essa ferida, não cicatrizada, causaria, portanto, um sofrimento repetido do evento. O trauma, então, seria algo não findado e atemporal. A sua cura, ou pelo menos o alívio da sua dor, repousaria na necessidade de um processo hermenêutico do episódio traumático, sendo que a narração assumiria função terapêutica (FREUD apud CALEGARI, 2012, p.59)

É nesse sentido que a rememoração dos fatos traumáticos pode ser pensada como função terapêutica a partir da narração, ainda que falar sobre a tortura, a prisão e a repressão implique a reiteração dolorosa dos episódios. Nessa direção é que aponta Calegari, ao refletir sobre o trauma e a reconstrução identitária: “o impacto traumático consiste, pois, num fato que não permite o passado se esvair. O trauma deixa para trás vestígios que resultam em expedientes através dos quais o grupo ou indivíduo reconstrói a sua identidade” (2012, p.59). Talvez se dê aí o processo de tentativa de superação do trauma, a partir da linguagem, entendendo-se que narrar é uma forma de sermos percebidos enquanto seres vivos, pois há o outro que lê, que ouve, que confirma a existência de um outro, garantindo, assim, a sua permanência. Gustavo, mesmo “não tendo falado”, constrói, pela fala literária (e o texto, pela linguagem) essa possibilidade.

#### 4. CONCLUSÕES

O fato de Beatriz Bracher escrever sobre esse tempo, quarenta anos depois da instalação do regime discricionário pós-golpe, deve ser levado em consideração, pois se trata de literatura contemporânea que, embora se estruture como discurso do presente – 2004 – remonta a um período do passado sobre o qual muito já se escreveu – tanto sob a forma de uma literatura “na ditadura” como sob a égide de uma literatura “da ditadura”; quer como “literatura de

testemunho”, quer como rememoração nos traumáticos depoimentos escritos, mas não literários, a partir da redemocratização do país, desde 1985. Essa rememoração, entretanto, é dificultada não só pelas estratégias de apagamento do passado, mas também pela impossibilidade de elaboração do trauma e, principalmente, de se narrar o acontecido (CALEGARI, 2012).

Ainda que, em primeiro momento, escrever sobre esses fatos, como o faz Beatriz Bracher, possa parecer anacrônico, o golpe e a ditadura militar fazem parte de um período recente da história do país ainda pouco contada, pouco compreendida e pouco avaliada. Falar sobre isso é necessário para que se pense, a partir de conhecimento aprofundado sobre essa época de iniquidades, o estado atual da nação brasileira, pois “a literatura, é claro, não dissolve todos os problemas colocados, nem pode explicá-los, mas nela um narrador sempre pensa *de fora* da experiência, como se os humanos pudessem se apoderar do pesadelo e não apenas sofrê-lo.” (SARLO, 2007, p.119). Rememorar esse período dolorido, por meio do discurso literário, é também contribuir para a reconstituição da memória coletiva do país. É preciso falar, portanto, nem que seja por meio dos intervalos da memória, já que “não falar” significa esquecer completamente. Daí advém a importância do texto de Bracher, se entendermos, como faz Jeanne Marie Gagnebin, que essa opção é “tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se produz constantemente)” (2006, p.47).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRACHER, Beatriz. **Não falei**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- CALEGARI, Lizandro Carlos. Discursos pós-ditatoriais no cinema brasileiro: memória, trauma e violência. In: UMBACH, Rosani; CALEGARI, Lizandro; OURIQUE, João Luis. **Violência e memória na produção cultural: o autoritarismo na Alemanha e no Brasil**. Santa Maria: Editora PPGL, 2012. Capítulo 2, p. 55 – p. 94.
- CRUZ, Carlos Eduardo da. Falando sobre “Não falei”, de Beatriz Bracher. **Solettras**. São Gonçalo, UERJ, n.19, p.60 – p.79, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Extratos traduzidos do francês por Luciene Guimarães e Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: PostLit –FALE/UFMG, 2006.
- SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Trad.: Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- UMBACH, Rosani Ketzer Umbach. Literatura e história: os discursos da memória. **Fragmentos**. Florianópolis, n. 39, p. 105 – p. 119, 2010.